



Servidores

Av. Campos Sales, 106 | Vila Nova | Santos | CEP:11013.401
☎ 13. 3228.7400 ✉ sind_serv@uol.com.br
🌐 www.sindservsantos.org.br 📺 /SindservSantos

na Luta

Outubro de 2014 | Especial Educação

FECHAMENTO AUTORIZADO. PODE SER ABERTO PELA E.C.T.

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SANTOS

ATENÇÃO EDUCADOR

Após quase dois anos de gestão do PSDB (Paulo Alexandre/Jossélia Fontoura/Venuzia Fernandes), velhos problemas enfrentados pela categoria desde gestões anteriores ainda não foram resolvidos. Alguns foram, inclusive, aprofundados e outros foram recentemente criados. Continuamos sofrendo com:

- Número insuficiente de professores e funcionários de carreira;
- Ampliação da vergonhosa alocação de “voluntários” para atuarem no ensino regular como Auxiliares de Classe e como funcionários;
- Anúncio de que pretendem entregar o Programa Escola Total às Organizações Sociais;
- Encurtamento do recesso escolar concedido aos funcionários;
- Promessas de reforma não cumpridas;
- Obras inacabadas;

- Destruição de quadras esportivas para a construção de um Parque Tecnológico;

- Escolas superlotadas;
- Manutenção e infraestruturas precárias;
- Diversos pontos do Estatuto do Magistério ainda não saíram do papel e a maioria das justas reivindicações dos funcionários estão longe de tornarem-se realidade.

A escola pública democrática, laica, universal e de qualidade e as conquistas dos trabalhadores da educação do município e da classe trabalhadora em geral, que hoje estão descritas na Lei ou as que ainda estão em nossas pautas de reivindicação, só serão transformadas em realidade após intenso processo de MOBILIZAÇÃO e LUTA.

PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS REIVINDICAM

1. Criação de cargos e realização de concurso público para professores e funcionários;
2. Professor adjunto com carga fechada de 200h;
3. Fim do projeto adjunto integrado;
4. Manutenção da carga de 200h dos Professores Orientadores de Informática Educativa;
5. Alteração da proporcionalidade aluno/professor em todos os níveis da Rede Municipal de Santos:
Berçário I - 4 alunos por professor;
Berçário II - 7 alunos por professor;
Maternal I - 10 alunos por professor;
Maternal II - 12 alunos por professor;
Jardim - 15 alunos por professor;
Pré - 15 alunos por professor;
Ensino Fundamental. 1º ao 9º ano - 25 alunos por professor;
7. Revisão da terceirização da manutenção das escolas, retorno das equipes de manutenção da SEDUC com funcionários de carreira;
8. Projetos de reforma das unidades de ensino deverão ser deliberados e aprovados pela comunidade escolar;
9. Segurança nas escolas;
10. Equipe Dupla para as escolas que tenham mais de 30 salas de aula;
11. Imediata alocação de profissionais de carreira no Programa Escola Total;

12. Professores Adjuntos em quantidade suficiente, conforme estabelece a Lei, para suprirem as necessidades da rede, quanto a substituições eventuais, licenças e HTIs;
13. Implantação do Regime de Dedicação Exclusiva;
14. Orientadora Educacional nas unidades que atendem crianças de 0 a 3 anos;
15. Formação dos docentes como estabelecido em Lei;
15. Licença Acadêmica como estabelecido em Lei;
16. Pagamento do Adicional Noturno para os funcionários à partir das 19h;
17. Extensão do Recesso Escolar aos funcionários (garantir em Lei);
18. Remoção e Fixação de Sede para os funcionários (garantir em Lei);
19. Revisão da proporcionalidade aluno/funçãoário;
20. Regulamentação da REFUN no horário de trabalho;
21. Formação continuada de todo o quadro de funcionários;
22. Ampliação do quadro de Inspectores de Aluno para atendimento de aluno com necessidades especiais e cursos de formação sobre o tema;
23. Reconhecimento financeiro aos trabalhadores capacitados pelo Pró-Funçãoário;
24. Nomeação dos concursados e novo concurso público;
25. Inclusão da elaboração do regimento interno no calendário escolar;
26. Promoção dos Professores Adjuntos I e II ainda em 2014;
27. Promoção dos concursados para Equipes Técnicas, ocupando todos os cargos vagos.

Trabalhadores da Educação de Santos têm longo histórico de lutas

Unidos e mobilizados, conquistamos inúmeras vitórias!

Veja algumas dessas lutas que travamos nos últimos anos:

2007

-Professores, junto ao SINDSERV, conseguiram reverter por completo Portaria publicada pela Seduc que pretendia pontuar os docentes pelo número de faltas no ano, mesmo os afastamentos por doenças devidamente comprovadas em perícia médica. Foi a intensa mobilização da categoria que garantiu a derrubada da Portaria;

-Denunciamos o processo seletivo para a contratação de merendeiras pela Lei 650 e reivindicamos Concurso Público para o cargo;

-Iniciamos uma ampla campanha pela transparência do Fundo Nacional da Educação Básica. Uma Liminar do SINDSERV conseguiu suspender Edital de eleição do conselho publicado pela Prefeitura e garantimos que a escolha dos conselheiros indicados pelos professores e servidores da educação fosse aberta, por meio do voto;

2009



-Monitoras de Creche iniciam mobilização por Reclassificação e para entrar na Carreira do Magistério;

-Categoria se mobilizou contra tentativa da Prefeitura de impor seu Plano de Carreira. Pago a peso de ouro, o Plano da Fundação Getúlio Vargas (FGV) retirava vários direitos dos profissionais da Educação. No processo de resistência, a categoria começa a discutir um novo PCCV;

-Especialistas de Educação se organizaram junto ao SINDSERV, pressionaram o governo por Aposentadoria Especial e conseguem garantir mais esse direito;

-Após pressão, o governo revogou Decreto que impedia os professores em estágio probatório de tirar férias no mês de janeiro;

2010

-A Seduc tentou diminuir o período de férias dos professores de 30 para 28 dias. Entramos na Justiça com Liminar e a Prefeitura teve que voltar atrás;

-Papa volta a ameaçar impor goela abaixo o seu Plano de Carreira. Categoria consegue mais uma vez resistir e o prefeito Papa engaveta projeto;

-Em luta histórica, Monitoras de Creche conquistam o reconhecimento e são classificadas como Educadoras de Desenvolvimento Infantil, sendo integradas ao quadro do Magistério. Nada vem de mão beijada, as monitoras tiveram que parar dezenas de sessões da Câmara dos Vereadores para serem ouvidas!;

-Professoras da Educação Infantil começam mobilização por definição de diretrizes para a atribuição de aulas, redução de alunos por sala, revisão da proporcionalidade aluno/professor e solução para os problemas das professoras "volantes";



2008

-Através da Justiça, Professores Adjuntos conseguem voltar a atribuição de aulas desde o começo por constatarem irregularidades;

-A luta pela transparência e autonomia do FUNDEB continuou. Os conselheiros indicados pelos servidores e comunidade escolar conseguiram provar que o prefeito Papa desviava verba federal da Educação Básica para outros fins;



2011

-Ato das professoras da Educação Infantil na porta da Seduc rendeu frutos: Secretaria se comprometeu a atender várias das reivindicações das docentes;

-Outro momento histórico da luta dos educadores: As insatisfações crescentes dos profissionais do ensino diante das más condições de trabalho e da falta de valorização gerou o Movimento Santos Merece Outra Educação, com atos na Câmara dos Vereadores e uma grande passeata na Praça da Independência que culminou como resultado a promoção dos Professores Adjuntos em dezembro;

-O prefeito Papa tentou entregar para iniciativa privada os serviços de merendeiras das escolas municipais. Chegou a publicar

Decreto (nº 5.945), mas não conseguiu implementar seu plano privatista;

-Enquanto constrói coletivamente o PCCV, categoria tem que lutar mais uma vez para que o Plano da FGV não seja votado no apagar das luzes;

-O mesmo ocorre no Estatuto do Magistério: Ao mesmo tempo que discutem coletivamente, servidores são obrigados a lutar para que o Estatuto criado pelo Papa (com um grupo de supervisoras) não seja imposto, o que significaria várias perdas de direitos;

-Ministério Público acatou denúncia do SINDSERV sobre indícios de superfaturamento na compra de livros da editora Ayamará pela Seduc e decidiu investigar o caso.



2012



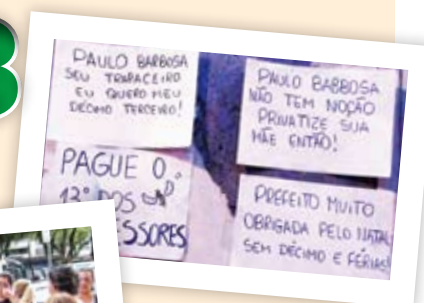
-Luta de anos dos servidores garante uma das maiores conquistas da categoria: A derrocada por completo do Plano de Carreira da FGV e do Estatuto do Magistério proposto pelo Papa e suas supervisoras (que retirariam vários direitos) e a aprovação do PCCV e do Estatuto construídos pelos trabalhadores, onde os professores tiveram vários avanços;

-Após pressão, Prefeitura resolveu voltar atrás na decisão de reduzir de 40 para 30 os cargos de Supervisores de Ensino (Especialistas III);

-Acaba a "Era" Suelly Maia, Secretária de Educação que não deixou saudade, foram muitas tentativas de retirada de direitos que tivemos que combater em sua gestão;



2013



-Mesmo no período de férias, professores de Informática atendem chamado do SINDSERV, vão a luta e conseguem a revogação de Portaria que traria sérios prejuízos tanto para os profissionais quanto para os estudantes;

-Apesar de ter virado Lei, categoria denuncia que Estatuto do Magistério é desrespeitado em diversos pontos;

-Graças a mobilização, professores Adjuntos conseguiram o 13º e férias sobre os Projetos;

-Mais um exemplo de que só com organização e luta conseguimos colher bons frutos: Seduc atende reivindicação da categoria e estende o recesso escolar aos funcionários de escola. A luta continua para que essa conquista vire Lei e não dependa da boa vontade da Secretária de plantão todo ano;

2014

-Os funcionários municipais que trabalham nas escolas conseguiram fazer com que a Seduc alterasse o Calendário Escolar. Essa foi uma reivindicação da categoria para não atrapalhar os professores que lecionam em outras redes, além de aumentar o número de dias úteis no recesso do meio de ano;

-Infelizmente, condições de trabalho precárias não são raras na Prefeitura de Santos. A comunidade do Jardim São Manoel se uniu aos trabalhadores da UME José Carlos de Azevedo Jr. por melhoria na escola. Houveram avanços nas reivindicações, mas o governo não atendeu em sua totalidade;

-Após meses de pressão da categoria, Paulo Alexandre finalmente estendeu a gratificação de complexidade aos servidores que atuam nas escolas classificadas como complexas.

Além dessas e outras conquistas, podemos afirmar categoricamente que TODOS os concursos públicos e promoções só foram realizados graças à pressão dos funcionários públicos contra a falta de profissionais que os sobrecarrega e faz despencar a qualidade da Educação oferecida na rede municipal. Ou seja, além de todos os direitos adquiridos, até mesmo o SEU INGRESSO na Prefeitura foi fruto da luta do conjunto dos trabalhadores.

Conhecer a história quebra muitos mitos e idealizações. Ideias de que o mundo sempre foi assim e não mudará, de que os direitos caem do céu. A história nos prova o contrário, as coisas mudam sim, mas só com união e disposição para a luta dos trabalhadores!

**SÓ A LUTA MUDA A VIDA!
NENHUM DIREITO A MENOS!**



ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E ATAQUE À DEMOCRACIA

No dia 19/06/14, em matéria do Jornal A Tribuna, o governo anunciou que pretende entregar o Programa Escola Total para uma de suas Organizações Sociais. Sabemos que a escola de período integral é uma necessidade e uma reivindicação histórica da classe trabalhadora que a imensa maioria dos governos trata com descaso. Alguns simplesmente ignoram e os poucos que atendem aproveitam a oportunidade para montarem programas de ampliação de carga horária, com baixíssima qualidade, contratando para atender as crianças, trabalhadores sem vínculo empregatício, como “monitores voluntários”, como ocorre em Santos, através do Programa Escola Total.

Tais programas ao invés de qualificarem o processo de ensino-aprendizagem servem apenas para justificar que algo está sendo feito e propiciam a formação de enormes currais eleitorais.

Esta forma de “educar” os filhos dos trabalhadores (nossos filhos) não vai ao encontro de nossas reivindicações, pois a simples ampliação de carga horária, com “monitores

voluntários” não conduz a educação de qualidade que precisamos, ainda que façamos uma ressalva quanto ao esforço destes trabalhadores, que mesmo sujeitos a tamanha exploração e péssimas condições de trabalho se desdobram para dar conta do recado.

Hoje em dia, a relação do Pro-



grama Escola Total com o ensino regular, submete as crianças a um projeto pedagógico “dualista”, ou seja, uma mesma escola com qualidades distintas de atendimento em cada um de seus turnos.

Sendo assim, o atual estado das coisas pode nos induzir a conclusão de que a gestão de uma Organização Social implantada no Programa Escola Total regularizando a situação dos “voluntários” (contratando-os pela CLT), poderia ser um avanço. Porém, ao verificarmos a situação mais detidamente

veremos que não é bem assim.

A entrada de uma OS na educação, não acabará com o sistema de escola dualista vigente no município, ao contrário, será o mecanismo de institucionalização dele, pois na gênese do pensamento político que cria as Organizações Sociais está o lucro (transformação da educação em mercadoria) e o total desrespeito a independência política que os servidores da educação precisam ter para elaborarem seus projetos político-pedagógicos. Independência esta, garantida somente pelo regime

jurídico estatutário e pelo concurso público.

O profissional de carreira, e somente ele, por ser preposto do Estado (os governos passam e ele permanece) pode exercer e desenvolver a democracia na escola em sua plenitude. Pois todos os demais funcionários, (celetistas da Lei 650, funcionários de Organizações Sociais, monitores contratados como voluntários, frentes de trabalho, agentes comunitários, “chequinhos” e “cachês”), são prepostos do governo e estão con-

dicionados por seu frágil vínculo empregatício, aos ditames dos governos de plantão, que utilizam-se disto para incidir autoritariamente sobre estes trabalhadores a fim de obterem posicionamentos políticos alinhados dentro das escolas e dos demais locais de trabalho e principalmente de seu voto em troca da manutenção de seus empregos.

Portanto, além de atacar a própria democracia, as Organizações Sociais ampliam e sofisticam os mecanismos de formação de currais eleitorais, aumentam os gastos para atender aos anseios de lucro das empresas contratadas, reduzem postos de trabalho dos servidores de carreira e com isto provocam a destruição dos sistemas previdenciários (IPREV) e das caixas de assistência médica (CAPEP/SAÚDE).

Por tudo isso, reivindicamos a completa reestruturação do programa de escolarização de tempo integral em Santos, com a inserção imediata de servidores de carreira para desenvolvê-lo. Somente desta forma poderemos transformar a escola de período integral em uma escola verdadeiramente democrática e de qualidade, como merecem nossos filhos e alunos.

ATENÇÃO PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS: SEUS POSTOS DE TRABALHO ESTÃO AMEAÇADOS

Como se não bastasse o anúncio do governo de que ao invés de utilizar servidores de carreira no Programa Escola Total pretende entregá-lo para uma Organização Social (OS), teremos mais problemas.

Nos últimos meses, pessoas contratadas como “voluntários”, nomeados pela SEDUC como Educadores ou Cuidadores Sociais, têm sido encaminhadas às escolas para atuarem no ensino regular como Professores Auxiliares de

Classe e por vezes, como funcionários, contrariando a LDB.

O art. 59, inciso III, diz claramente que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (Brasil, 1996, p. 44).

Com isto, postos de trabalho de funcionários e o Projeto Auxiliar de Classe, realizado nos últimos anos com qualidade pelos profissionais de carreira, está ameaçado.

A ameaça será concretizada caso a prefeitura resolva extinguir o projeto ou deixar de oferecê-lo aos profissionais de carreira, entregando-o de vez aos “voluntários” ou aos funcionários das Organizações Sociais.

Tudo que o governo fez até agora

nos leva a crer que isto deverá ocorrer, pois muitas crianças e salas de aula inteiras que necessitam de Professores Auxiliares foram até agora, tratadas com descaso.

A reposição de professores e funcionários da rede não vem sendo realizada em quantidade suficiente para que os projetos de inclusão sejam contemplados, desqualificando o ensino do município e ampliando as péssimas condições de trabalho de todos.